
The residual condition of public space within the consolidated city

EURAU'12

ABSTRACT: Residual places, where different unfinished pasts coexist, favour the establishment of strategies of connection between fragmentary parts of contemporary urban landscape, suggesting architectural project to trespass the limits of design and incorporate narrative. The consideration of rituals that define the way a place is occupied and inhabited, and their integration through narrative within the method of architectural planning, will allow its use as a strategy to mend different urban cloths. This method aims for the reconfiguration of the imaginary of a place and for restoration of its ancestral condition of public space: providing encounters with others, and offering the possibility of structuring ones identity through the confrontation with the difference brought by others.

KEYWORDS: RESIDUAL, PLAN, LIMITS.

Teresa Veiga de Macedo

Institution: Escuela Técnica de Arquitectura de Madrid, Spain.

Scholarship: FCT, Portugal.

Postal adress: Calçada da Estrela n.º 29 1.º, 1200-661 Lisboa, Portugal.

E-mail adress: teresaveigamacedo@gmail.com

Telephone: (00351) 919963192

O projeto de arquitetura traduz o desejo de construção de uma forma idealizada, antecipando a sua sobreposição ao território da cidade real. No entanto, a projeção sobre um lugar concreto pressupõe inevitavelmente desvios em relação à matriz arquitectónica inicial.

Do projeto como idealização, à sua construção e às posteriores apropriações que vai sofrendo, acumulam-se desvios que, à luz de um olhar atento, poderão denunciar o que consideramos como “a margem de erro do projeto”; o inevitável ajuste da regra ao território da cidade real¹. Nesta adaptação da ordem às situações concretas surgem, por vezes, fissuras, que denunciam a rigidez do plano e, por outras, deformações, que demonstram a cedência da matriz idealizada às circunstâncias particulares de um determinado lugar. Assim, como reação às suas próprias limitações o projeto poderá adaptar-se ao lugar, incorporando as deturpações intrínsecas dos processos de construção e apropriação, ou sucumbir, fragmentando-se e desagregando-se no confronto com a especificidade do lugar.

Sabemos que a cidade é submetida a ações de (con)formação, que correspondem à concretização de um projeto, conferindo-lhe corpo, consistência e visibilidade. No entanto, a cidade também é sujeita a ações de (de)formação que, de certo modo, desviam o sentido original do plano, o deturpam e o ajustam às situações específicas de um lugar. Ambas ações, de (con)formação e (de)formação, participam na construção da ideia de lugar. A materialização desse jogo de forças na cidade sugere, pois, dois tipos de lugares: os lugares onde o plano é implantado e os lugares que sobram da sua ação estabilizadora, de onde despontam intervenções casuais e imprevistas.

O despertar para esta condição da cidade como suporte de ações intencionais e objecto de intervenções inesperadas conduziu o presente artigo para o estudo da condição residual do espaço público da cidade sedimentada como território referencial para o garante do domínio público. Um território onde se identifica uma densidade histórica cumulativa e onde fica expresso o caminho percorrido/ formalizado/ construído, mas também os inevitáveis desvios/ adaptações/ irresoluções dos projetos implantados, que emergem de entre essa aparente linearidade projetada.

O caso de Lisboa: entre o Chiado e o Martim Moniz

A ideia de rigor e estrutura subjacente a um projeto urbano manifesta-se em Lisboa de forma clara e circunscrita no território da Baixa Pombalina. No entanto, é precisamente no limite do Plano Pombalino onde a zona do *Martim Moniz* ilustra um lugar para onde o desenho se foi sucessivamente manifestando equívoco.

A curta distancia entre o Chiado e o Martim Moniz sustém dois lugares que demonstram configurações espaciais e vivências totalmente distintas. As diferenças constatadas permitem indagar sobre o que consideramos ser, em cada caso, a margem de erro do projeto, ou seja, o desfasamento entre os princípios subjacentes aos projetos propostos para cada lugar e os desvios que se foram constatando face a esses princípios fundadores - decorrentes do processo de construção e das posteriores apropriações a que as construções vão sendo sujeitas que, de certa maneira, denunciam as necessidades reais dos ocupantes.

Os lugares residuais denunciam o desencontro entre a cidade concebida e a cidade ocupada. Os arquitetos, técnicos mandatados e legitimados pelo poder vigente

determinam a configuração espacial urbana procurando antecipar o modo como os espaços públicos deverão ser apropriados. Mas a ocupação social detém, face ao exercício de imposição do poder, a potência, tantas vezes subversiva face às regras impostas pelos planeadores e geradora da sua própria lógica vivencial.

Concretamente, entre o Chiado e o Martim Moniz existe uma relação de cumplicidade entre opostos que remonta à implantação do Plano Pombalino para a Baixa. De facto, como referiu Cláudio Monteiro em *Escrever direito por linhas rectas*², o Pombalino, tão formal como sistemático, deveio cúmplice do clandestino. Ao mesmo tempo que se implantou o Plano Pombalino e se legislou de forma estrita e rigorosa a intervenção urbana dentro do recinto definido para a implantação do projeto, sedimentou-se uma cidade clandestina por mãos de uma população que, ao não possuir capacidade de responder às exigências jurídicas, financeiras e técnicas que a operação urbanística pombalina pressupunha, limitou-se a satisfazer as necessidades imediatas de sobrevivência mediante construções que, à luz das regras institucionais, são classificadas como sendo ilegais. Esta cumplicidade fundacional é constatada entre o Plano Pombalino, as exigências normativas, financeiras e temporais que comporta, e a livre iniciativa individual que produz uma cidade que opta por crescer ao sabor das circunstâncias.

Ao tomar como referência o Chiado e o Martim Moniz, empenhamo-nos em avaliar os seus avessos, prestando atenção às costuras que unem os diferentes tecidos integrados no tecido urbano. Essas juntas permitir-nos-ão avaliar os projetos previstos para cada lugar, reconhecer as suas falhas e ilustrar o que, em termos de intervenção na cidade consolidada o decurso do tempo acabou por validar, mas também os aspectos que, pela sua inadequação ao lugar, o decurso do tempo acabou por julgar e condenar.

A fragmentação formal do Martim Moniz deve-se ao facto do lugar ter sido sucessivamente (de)formado pela ação do projeto, correspondendo a um repositório de diferentes projetos urbanos inacabados. O carácter inconclusivo da sua paisagem urbana alude às diversas tentativas de reconfiguração a que foi sendo sujeito após a sua demolição durante as décadas de quarenta e cinquenta, resultando da acumulação casuística dos fragmentos dos planos que pretendiam construir conjuntos arquitectónicos de grande escala formalmente coerentes, mas incapazes de integrar complexidade morfológica, social e a densidade histórica daquele lugar. Os dois lugares – o Chiado e Martim Moniz – abrem, pois, um campo fértil para o estudo dos limites da atuação arquitectónica na paisagem consolidada da cidade Lisboa contemporânea tendo em vista a valorização do domínio público.

A preponderância da acção do tempo sobre o espaço

Refletir sobre o território da cidade consolidada requer uma reflexão capaz de transcender as questões de forma e estrutura para centrar-se sobre a ação do tempo sobre o espaço. Só trespassando os contornos da forma urbana acabada – com a finalidade de encontrar o tempo da sua evolução – é possível intuir o sentido que esteve na base da produção do espaço. Esta forma de encarar a cidade, como paisagem urbana aberta, permite aceder às opções formais tomadas mas também às alternativas esquecidas, prestando atenção ao implícito, ao que ficou por concretizar, que é tantas vezes mais relevante para a caracterização da identidade do lugar do que o que acabou por ser construído³.

Henry Lefebvre concretiza esta ideia no seu ensaio sobre *A Produção do Espaço* (1974). Ao referir-se ao espaço como produto, Lefebvre pressupôs implicitamente o seu processo de produção, considerando que um escrutínio analítico da constituição física do espaço atual de nada serviria se não houvesse a vontade de entender o seu processo de formação: "o que aconteceu num espaço no passado permanece inscrito nesse espaço agora. O passado deixa as suas marcas; o tempo tem o seu próprio argumento. No entanto o espaço é sempre um espaço presente, tomado como um todo imediato, completado com associações e conexões na sua atualidade".⁴ Esta relação desfasada com o tempo presente da cidade⁵ é também, paradoxalmente, de acordo com Giorgio Agamben, o único modo de garantir uma visão contemporânea: "todos os tempos são, para quem experimenta a sua contemporaneidade, tempos obscuros. O contemporâneo é precisamente aquele que sabe ver essa obscuridade. (...) Só pode dizer-se contemporâneo quem não se deixa cegar pelas luzes do século e consegue apreender nelas a parte da sombra, a sua obscuridade íntima."

Sabemos que a leitura de um lugar pressupõe um ciclo percepção, representação e construção – de acordo com o qual "a história e a razão não são mais do que uma dialéctica entre o sedimento e a construção de sentido"⁶. O ato de representação sistematiza as relações entre o homem e o seu meio em cada época histórica, modelando o sistema de arquivo em que a memória se apoia para configurar o imaginário da cidade de cada época histórica.

A leitura da cidade consolidada contemporânea aproxima-se assim a um palimpsesto, onde a narrativa do tempo vai sendo dobrada sobre a estrutura física do espaço, proporcionando a consciência de que a última camada de escrita poderá desaparecer sob a próxima, dando continuidade ao processo de sobreposição histórica segundo o qual todas as camadas deverão ser consideradas no processo de análise e interpretação do lugar.

O domínio público entre projeto e casualidade

A condição inacabada dos lugares residuais favorece uma visão prospectiva da cidade, enunciando questões significativas para a reflexão teórica sobre o espaço urbano contemporâneo. Continuará o espaço público da cidade consolidada a valer como suporte para o encontro? E se assim for, será ainda relevante a identificação da forma urbana?

O ato de projetar a cidade pressupõe um exercício de poder que se manifesta através do controlo formal. As delimitações físicas do espaço público sugerem diferentes tipos de interações sociais. É sabido que a definição do espaço público resulta da expressão intencional do poder político/económico vigente, instituindo-se como moldura formal que privilegia uma dada normalidade social. No entanto, para além da coerência circunscrita aos espaços planeados, sobra inevitavelmente a incongruência daqueles lugares residuais (excedentes do plano) que permanecem inacabados.

A capacidade de adaptação dos espaços públicos aos diversos contextos sociais que se vão sucedendo é uma premissa estruturante para a sua sobrevivência. Mas no contexto urbano contemporâneo, os espaços públicos passaram a ser concebidos de acordo com uma predeterminação funcional e a estar circunscritos por barreiras físicas opacas, que permitem a vigilância e a regulamentação do seu uso, filtrando a entrada dos seus ocupantes. Nas circunstâncias atuais a diferença passa a ser

encarada como uma ameaça à estabilidade da vida da maioria, perdendo-se o mecanismo de autorregulação e autoequilíbrio social próprio do espaço público da polis.

Desconfiamos ainda que estes novos modelos de configuração do espaço público se inserem num perigoso sistema de reciprocidade com o espaço privado. Ao mesmo tempo que o espaço público foi sendo privatizado, tornando-se nesse processo opaco, o espaço privado foi-se tornado transparente, tendo vindo a ser paulatinamente introduzido na esfera pública. É como se constatássemos uma inversão na dicotomia ancestral entre o espaço público e o espaço privado. A transparência da fronteira entre o público e o privado sugere um jogo de relações dúbias onde, do exterior, passa a ser possível ver e portanto julgar o que se passa no interior. Estamos pois, na eminência de um bloqueio da capacidade de recolhimento do homem na sua esfera privada, ao mesmo tempo que assistimos à perda do referencial do domínio público.

É um facto transversalmente reconhecível que a paisagem da cidade consolidada se tem vindo a esvaziar por efeito da descentralização dos serviços, da sua agregação em recintos mono-funcionais periféricos e de um crescente enclausuramento habitacional em condomínios privados (urbanos e suburbanos). Situação concomitante com uma tendência de privatização do espaço público e com o acesso a um novo espaço virtual. A iniciativa privada contribui para aumentar a segregação física e social do espaço através da promoção de recintos mono funcionais, onde a apologia da segurança adquire um estatuto de relevo na concepção e vivência dos novos espaços públicos e sugere uma leitura do restante espaço urbano como o lugar proscrito: o lugar do crime e da violência.

No entanto, a principal vocação do espaço público mantém como referente a *polis*, e pressupõe um mecanismo de autorregulação e de autoequilíbrio social que Richard Sennett defende do seguinte modo: "a cidade deveria ser uma escola para aprender a conduzir uma vida centrada. Mediante a nossa exposição aos outros, poderemos aprender a pesar o que é importante e o que não é. Precisamos de ver as diferenças nas ruas e nas pessoas (...) como visões necessárias (...) para aprender a navegar na vida com equilíbrio, individual e colectivo."⁷

Para se manter esta vocação do espaço público, de suporte para o encontro, a identificação da forma urbana é desejável, mas não é condição essencial para que *esse encontro* se possa proporcionar. É verdade que a configuração do espaço público pode suscitar este tipo de interação ou evitá-la, mas sabemos que no que diz respeito à apropriação dos espaços, a vida sobrepõe-se sempre à arquitetura e reage às suas premissas, instituindo regras próprias. Genericamente o território físico da cidade consolidada continua a oferecer esta possibilidade de convívio com estranhos: um convívio direto, corporal, material. Ao persistirem libertos da clausura e das normas instituídas pelas novas tipologias dos recintos projetados, os lugares residuais que, como o Martim Moniz, participam na paisagem da cidade consolidada, continuam a possibilitar uma vivência pública do espaço urbano que se funda no jogo da alteridade: um «contrato social ocasional e constantemente renovado»⁸.

Confinado à especificidade do desenho, quando aplicado a um território tão complexo como o da cidade consolidada, o projeto de arquitetura dificilmente poderá antecipar essa casualidade do encontro que se renova a cada momento e configura o domínio público. Talvez por isso devesse abster-se de uma configuração excessivamente determinista, considerando um grau de abertura; um intervalo suscetível de incorporar alterações posteriores. A sua matriz deverá ser, no

entanto, suficientemente firme para aguentar as alterações que o seu uso possa requerer sem sucumbir ao caos.

Ao fazermos recair a atenção sobre as alterações à matriz desenhada do projeto inicial torna-se possível compreender a cidade como um organismo vivo onde a ação do tempo se sobrepõe à estrutura física do espaço, forçando-a a adaptar-se às exigências de cada momento histórico. Essas alterações que a cidade vai sofrendo deixam marcas sobre o suporte físico do edificado, passando a participar na sua paisagem e a incorporar a identidade do lugar.

Intervir no território da cidade consolidada

Para intervir no território da cidade consolidada é importante ter em mente que a densidade e a sobreposição são características das cidades mediterrânicas⁹. Como densidade não se entende apenas a acumulação de usos, mas a mistura que advém da sua variedade e sobreposição. A sobreposição implica, por sua vez, a possibilidade de irrupção de elementos contraditórios no seio da coerência geral do espaço urbano.

Perante o reconhecimento da densidade e complexidade do território da cidade consolidada talvez o exercício da arquitetura devesse passar a investir na reconfiguração do imaginário da cidade através de novas estratégias de conexão entre as suas partes dissonantes, ligando os fragmentos construídos através de uma narrativa espacial renovada. Uma prática arquitectónica que poderia aproximar-se de uma narrativa que deixaria de estar vocacionada para a construção de novas formas edificadas para passar a estar focada na abertura de novas perspectivas sobre a paisagem da cidade herdada. Esta forma de encarar o exercício da arquitetura num mundo danificado pelo excesso de construção, onde a desconexão entre as partes dá origem a um corpo edificado deslaçado, poderia desejavelmente proporcionar a atribuição de novos sentidos aos espaços herdados de épocas anteriores, através do encontro entre o corpo edificado existente e as práticas vivenciais do lugar contemporâneo.

De facto, no que se refere à intervenção arquitectónica sobre o território atual da cidade consolidada, faria sentido refletir sobre o que poderia ser definido pelo arquiteto e o que poderia eventualmente permanecer em aberto, adoptando-se uma postura próxima de Bartleby¹⁰, cuja resposta a uma demanda se concretiza na frase: *I would prefer not to*. Uma atitude radical na contenção de atuações, que pressuporia o desejo de compreender o imaginário de um lugar e reafirmá-lo por iniciativas específicas, pontuais, susceptíveis de conferir um sentido renovado a um espaço existente e de assim contribuir para reforçar a identidade do lugar.

Os limites da atividade arquitectónica passada e o seu impacto na construção da identidade do lugar serviriam de marcos para a delimitação do âmbito de intervenção na cidade contemporânea seguindo o parâmetro mais relevante para o reconhecimento do domínio público: o de estruturar a identidade mediante a possibilidade de suscitar o confronto com a diferença.

¹ “Coisas muito teóricas como o que aprendemos na física clássica, que agora já é um pouco contestado, mas que nos diz que o percurso mais curto entre dois pontos é a linha recta, se aplicarmos essa ideia na prática é evidente que vamos chocar com alguma coisa. A realidade exige que me desvie, que dê a volta. Para nosso

mal, ou para nosso bem, a realidade não é um campo plano sem obstáculos que está disponível para fazermos o que quisermos e aplicarmos as nossas teorias. Se aplicarmos essa ideia numa cidade vamos acabar por entrar em situações absurdas como subir acima de bancos de jardim, passáros por cima de pessoas. Se formos totalmente racionais vamos entrar no absurdo."Gonçalo M. Tavares In "Qualquer casa tem uma ética". *Ipsilon*. 23.07.2009.

² Cláudio Monteiro. *Escrever direito por linhas rectas – legislação e planeamento urbanístico da baixa de Lisboa (1755-1833)*. Lisboa: AAFDL, 2010.

³ "Dialética entre razão e história, por isso a lógica de representar lugares sempre comportou um equilíbrio entre experiência e racionalização. O lugar, como limite, é mais do que nunca um balanço rítmico entre razão e história; já que, o tempo depositado no espaço, ou seja o lugar, sempre reflete na sua própria estrutura o equilíbrio existente entre um aumento de mobilidade atrás e à frente no tempo (razão), e um afastamento progressivo do lugar original (história) (...) a lógica do lugar marca sempre a medida sob a qual a humanidade é capaz de representar-se a si mesma." Josep Muntañola Thornberg, *La Arquitectura como Lugar*. Barcelona, Edicions UPC, 1996, pág. 32. Tradução nossa.

⁴ Henry Lefebvre, *The Production of Space*. Oxford, Blackwell Publishing, 1991, p. 37.

⁵ Giorgio Agamben, "O que É o Contemporâneo?" In *Nudez*. Lisboa, Relógio de Água 2010, pp. 22, 23.

⁶ Husserl citado por Josep Muntañola Thornberg, *La Arquitectura como Lugar*. Barcelona, Edicions UPC, p. 31.

⁷ Richard Sennett, *The Conscience of the eye – The Design and Social Life of Cities*, p. xiii. Tradução nossa.

⁸ Manuel Delgado. *El Animal Público*, p. 14. Tradução nossa.

⁹ Ver Manuel Solá-Morales, "Contra el modelo de metrópolis universal" In *Lo Urbano: en 20 autores contemporáneos*, Barcelona, Edicions UPC, 2004. pp. 61-72.

¹⁰ "Bartleby" é uma personagem que dá nome a uma história de Herman Melville (1819-1891) publicada pela primeira vez na *Putnam's Monthly Magazine*, em Nova Iorque em 1853.

Bibliografia

AGAMBEN, Giorgio Agamben, "O Que É o Contemporâneo?", in *Nudez*. Lisboa, Relógio de Água, 2010.

CLAVAL, Paul. *Espace et Pouvoir*. Paris: Presses Universitaires de France, 1978.

CASTORIADIS, Cornelius. *L'Institution Imaginaire de la Societé*. Paris: Seluil, 2002.

-
- CHOAY, Françoise. «El reino de lo urbano y la muerte de la ciudad» (1994). In *Lo Urbano: en 20 autores contemporáneos*. Arteleku (trad.). Barcelona: Edicions UPC, 2004. p. 61-72.
- CORBOZ, André. «El território como palimpsesto» (1983). In *Lo Urbano: en 20 autores contemporáneos*. Arteleku (trad.). Barcelona: Edicions UPC, 2004. p. 25-34.
- DELGADO, Manuel. *Memória y Lugar: El espacio público como crisis de significado*. Valência: Ediciones Generales de Construcción, 2001.
- DELGADO, Manuel. *El animal público*. Barcelona: Editorial Anagrama, 1999.
- FRANÇA, José Augusto. *Lisboa: Urbanismo e Arquitectura*. 4.ªed. Lisboa: Livros do Horizonte, 2000.
- FERNANDES, José Manuel. «A propósito do Martim Moniz; alguns devaneios pela história e histórias». In *Arquitectura*. núm. 146. Lisboa, (Maio de 1982), p. 28.
- FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Cascais, António Fernando (apr.) Pereira, Miguel Serras (trad.). Lisboa: Almedina, 2005. (original: *L'Archeologie du Savoir*. s.l., Éditions Gallimard, 1969.)
- LAMAS, José. «Renovação Urbana do Martim Moniz». In *Arquitectura*. n.º 146. Lisboa, (Maio de 1982), p. 26.
- LEFEBVRE, Henri. *The production of Space*. Nicholson-Smith, Donald (trad.). Oxford: Blackwell Publishing, 1991. (original: *Production de l'espace*, s.l., Editions Anthropos, 1974, 1984).
- MONTEIRO, Cláudio. *Escrever direito por linhas rectas – legislação e planeamento urbanístico da baixa de Lisboa (1755-1833)*. Lisboa: AAFDL, 2010.
- MUNTAÑOLA Thornberg, Josep. *La arquitectura como lugar*. Barcelona: UPC, 1996. 223 p.
- NOGUEIRA, Luís Castro. *La risa del espacio: El imaginario espacio-temporal en la cultura contemporánea: una reflexión sociológica*. Madrid: Tecnos, 1997.
- PARDO, José Luís. «A cualquier cosa llaman arte; Ensayo sobre la falta de lugares». In *Habitantes de Babel; políticas y poéticas de la diferencia*. Barcelona: Ediciones Laertes, 2001.
- SENNETT, Richard. *The Conscience of the Eye: The Design and Social Life of Cities*. London, W.W. Norton, 1992.
- SOLÁ-MORALES, Manuel. «Contra el modelo de metrópolis universal" In *Lo Urbano: en 20 autores contemporáneos*, Barcelona, Edicions UPC, 2004
- TAVARES, Gonçalo M. «Qualquer casa tem uma ética" In *Ípsilon*, Lisboa, Público 23 de Julho de 2009.

Teresa Veiga de Macedo. Born in Lisbon (1979). Graduated in Architecture by the Technical University of Lisbon FA/UTL (2003), having obtained two academic prizes (best architecture project and best graduation average - 2004). Has worked as an architect in Barcelona and Lisbon and is a PhD student in the Polytechnic University of Madrid (ETSAM-UPM) for which has obtained a PhD scholarship by the Science and Technology Foundation of Portugal (FCT-2006). Has participated as a researcher at the Project *Arquitectura(s) de Papel* (FA/UTL 2005-2009). Has given lectures by invitation in universities in Lisbon (FA/UTL) and Madrid (ESTAM/UPM) and participated as a speaker in international conferences such as *EURAU10* (Naples, 2010), *Arquitectonics* (UPC, Barcelona, 2010). Has published articles in international conferences proceedings, scientific magazines and books.